


OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.781112524038>

Data de submissão: 06/06/2025

Data de aceite: 12/06/2025

Igo André Nogueira de Oliveira Gomes

Centro Universitário Internacional
(UNINTER)

Santarém – Pará

<https://orcid.org/0009-0003-7186-8413>

Carla Daniele Baia de Souza

Universidade Federal do Oeste do Pará
(UFOPA), Programa de Pós-Graduação
em Letras (PPGL)

Santarém – Pará

<https://orcid.org/0009-0001-2675-9598>

RESUMO: A pandemia de COVID-19, iniciada no Brasil em março de 2020, gerou profundos impactos na segurança pública, especialmente no Estado do Pará, onde as desigualdades socioeconômicas e a fragilidade dos serviços públicos agravaram a crise. Este estudo qualitativo e documental analisa os efeitos da pandemia sobre a Polícia Militar do Pará (PMPA) e as dinâmicas criminais, destacando desafios como a sobrecarga institucional, o adoecimento e a morte de profissionais, e a reconfiguração dos padrões de criminalidade. Utilizando fontes secundárias (relatórios institucionais, dados epidemiológicos e artigos científicos), a pesquisa evidencia a adaptação da PMPA

por meio de protocolos de biossegurança, redistribuição de recursos e ações de apoio psicossocial. Além disso, aponta a subnotificação de crimes domésticos e a redução de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) durante o isolamento social. Conclui-se que a experiência pandêmica reforça a necessidade de fortalecer políticas públicas de segurança, com ênfase em saúde ocupacional, gestão de crises e integração interinstitucional, visando a preparação para futuras emergências.

PALAVRAS-CHAVE: COVID-19; segurança pública; Polícia Militar do Pará; políticas públicas.

THE IMPACTS OF THE COVID-19 PANDEMIC ON PUBLIC SAFETY IN THE STATE OF PARÁ

ABSTRACT: The COVID-19 pandemic, which began in Brazil in March 2020, has had a profound impact on public safety, especially in the state of Pará, where socioeconomic inequalities and the fragility of public services have worsened the crisis. This qualitative and documentary study analyzes the effects of the pandemic on the Pará Military Police (PMPA) and

criminal dynamics, highlighting challenges such as institutional overload, illness and death of professionals, and the reconfiguration of crime patterns. Using secondary sources (institutional reports, epidemiological data, and scientific articles), the research highlights the PMPA's adaptation through biosafety protocols, redistribution of resources, and psychosocial support actions. In addition, it points to the underreporting of domestic crimes and the reduction of Intentional Lethal Violent Crimes (CVLI) during social isolation. It is concluded that the pandemic experience reinforces the need to strengthen public safety policies, with an emphasis on occupational health, crisis management and inter-institutional integration, aiming at preparing for future emergencies.

KEYWORDS: COVID-19; public safety; Military Police of Pará; public policies.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19, iniciada no Brasil em março de 2020, desencadeou uma crise sanitária, social e institucional sem precedentes na história recente do país. Com elevados índices de contaminação e mortalidade, o novo coronavírus impactou diretamente os sistemas de saúde e de segurança pública, impondo desafios extremos à atuação de profissionais considerados essenciais, como os policiais militares. No Estado do Pará, esse cenário foi particularmente grave: a rápida disseminação do vírus, aliada à desigualdade socioeconômica e à precariedade dos serviços públicos, resultou em sobrecarga institucional, elevado número de vítimas fatais entre os agentes de segurança e mudanças significativas nas dinâmicas da criminalidade.

O contexto paraense, marcado por desigualdades regionais e limitações estruturais, refletiu com ainda mais intensidade os impactos da pandemia na segurança pública. Paralelamente às perdas humanas, houve a necessidade de reorganizar o policiamento ostensivo, adaptar práticas operacionais e atender a novas demandas, como a fiscalização de medidas sanitárias e o controle de aglomerações. Além disso, registrou-se um aumento na subnotificação de crimes, especialmente os de natureza doméstica e familiar, cujo monitoramento se tornou mais difícil durante o isolamento social (BRANDÃO; BASTOS, 2021; FBSP, 2020).

Nesse cenário, torna-se fundamental compreender os efeitos da pandemia sobre a estrutura e a atuação das forças de segurança pública do Pará, analisando tanto os impactos diretos — como o adoecimento e a morte de profissionais — quanto os efeitos indiretos, como a reconfiguração dos padrões de criminalidade e das políticas de prevenção. O estudo dessa realidade é relevante não apenas para o entendimento do período pandêmico, mas também para o aprimoramento de políticas públicas futuras, especialmente diante da possibilidade de novas crises sanitárias e sociais que exigirão respostas coordenadas e eficazes do Estado.

Este artigo tem, portanto, o propósito de analisar os principais efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a segurança pública no estado do Pará, a partir da experiência vivida pela Polícia Militar e dos dados disponíveis sobre violência, gestão institucional e ações emergenciais adotadas durante o período entre 2020 e 2022. Ao reunir evidências empíricas e discussões teóricas, pretende-se contribuir para uma reflexão crítica sobre a resiliência

das instituições de segurança pública em contextos de crise e sobre a necessidade de políticas integradas de proteção aos seus agentes.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e documental, de caráter descritivo e exploratório, com o objetivo de analisar os impactos da pandemia de COVID-19 sobre a segurança pública no estado do Pará, com ênfase nas consequências para os profissionais da Polícia Militar e nas dinâmicas de criminalidade e violência durante o período pandêmico.

Para a construção da análise, foram utilizadas fontes secundárias, consistindo em relatórios institucionais, boletins epidemiológicos, matérias jornalísticas e artigos científicos publicados entre os anos de 2020 e 2023. As principais instituições consultadas incluem a Polícia Militar do Pará, a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), a Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará (SESPA), o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), além de bases acadêmicas como revistas científicas especializadas em segurança pública e ciências sociais aplicadas.

A coleta de dados foi realizada entre abril e maio de 2025, por meio da análise de documentos oficiais disponíveis em plataformas institucionais e em repositórios digitais. As matérias jornalísticas da CNN Brasil e do Projeto Colabora foram utilizadas como suporte empírico para compreender a gravidade da situação vivida pelos profissionais de segurança pública durante os momentos mais críticos da pandemia, particularmente no primeiro semestre de 2020, quando se observou um aumento expressivo no número de óbitos entre policiais militares e bombeiros com sintomas de COVID-19.

Adicionalmente, documentos como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública e os boletins especiais produzidos pelo FBSP e outras organizações forneceram uma base comparativa e interpretativa sobre os efeitos da pandemia nos índices de criminalidade e na estrutura de funcionamento das forças de segurança pública. As informações sobre violência doméstica foram extraídas de relatórios da SIAC/SEGUP e de estudos acadêmicos específicos, a fim de complementar a análise com dados sobre as mudanças nas dinâmicas de violência urbana durante o isolamento social.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 COMO AS CRISES SANITÁRIAS PODEM AFETAR OS ÍNDICES DE CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA URBANA

Crises sanitárias em larga escala, como a pandemia de Covid-19, geram consequências complexas e multifacetadas sobre o funcionamento das sociedades, afetando não apenas a saúde pública, mas também a economia, as instituições e o comportamento social. Esses efeitos combinados repercutem diretamente nos padrões de

criminalidade e violência urbana, exigindo novas abordagens analíticas para compreender as transformações ocorridas nesse campo.

A partir de março de 2020, com a propagação do novo coronavírus, o Brasil e diversos países adotaram medidas emergenciais para conter a disseminação do vírus, como o isolamento social, restrições à circulação de pessoas, fechamento de comércios e escolas, além da suspensão de atividades não essenciais. Essas medidas alteraram drasticamente a rotina urbana e o uso dos espaços públicos, o que, por sua vez, teve efeitos imediatos sobre as dinâmicas criminais. Em muitas cidades brasileiras, houve uma redução inicial nos índices de crimes patrimoniais, como furtos e roubos, devido à menor movimentação nas ruas e ao fechamento de estabelecimentos (CANO, 2020).

Entretanto, essa queda pontual não refletiu uma melhoria real nas condições de segurança pública, mas sim uma mudança nas oportunidades e nos contextos para a prática de crimes. Paralelamente à diminuição de crimes de rua, observou-se um aumento significativo da violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças e idosos, especialmente nas regiões mais vulneráveis. O confinamento forçado, somado à sobrecarga emocional, ao desemprego crescente e à restrição de acesso aos serviços de apoio e denúncia, expôs muitas vítimas à convivência prolongada com seus agressores sem possibilidade de fuga ou denúncia segura (BRANDÃO; BASTOS, 2021).

Outro aspecto relevante é o agravamento das desigualdades sociais em contextos de crise sanitária. O aumento do desemprego, a precarização do trabalho informal, a insegurança alimentar e a falta de acesso à saúde básica criam um ambiente de desestabilização social que pode favorecer o crescimento da criminalidade, sobretudo nas periferias urbanas. Crises desse tipo expõem a fragilidade da rede de proteção social do Estado e aprofundam tensões históricas nos territórios mais desassistidos (MALDONADO; RIBEIRO, 2021).

Além das consequências diretas sobre os padrões de violência, as crises sanitárias impactam também o funcionamento das instituições responsáveis pela segurança pública. Durante a pandemia da Covid-19, muitas corporações policiais enfrentaram altos índices de contaminação entre seus efetivos, resultando em afastamentos, mortes e sobrecarga de trabalho. Os agentes de segurança passaram a exercer funções atípicas, como fiscalização do uso de máscaras, aplicação de toques de recolher e dispersão de aglomerações, desviando-se parcialmente de suas funções tradicionais de prevenção e repressão criminal (FREITAS; MUNIZ, 2021). Esse reposicionamento gerou um estresse operacional considerável, somado à falta de equipamentos de proteção individual (EPIs) e a dificuldades logísticas em áreas de alta incidência da doença.

Portanto, crises sanitárias não apenas influenciam a incidência e a natureza dos crimes, mas também colocam em xeque a capacidade do Estado de garantir segurança pública de forma eficiente e equitativa. A compreensão dessas interações é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas resilientes, que integrem as dimensões de saúde, segurança e assistência social, especialmente em momentos de emergência coletiva.

3.2 DESGASTE DO SISTEMA DE SAÚDE E DA SEGURANÇA PÚBLICA

A pandemia de Covid-19 provocou um colapso nos sistemas de saúde e segurança pública em diversas regiões do Brasil, especialmente nas mais vulneráveis, como o estado do Pará. O aumento exponencial de casos e internações nos períodos de pico gerou uma sobrecarga sem precedentes sobre os serviços hospitalares e de emergência, evidenciando as limitações estruturais crônicas do sistema de saúde pública brasileiro. Hospitais lotados, falta de leitos de UTI, escassez de insumos básicos — como oxigênio, medicamentos e equipamentos de proteção individual (EPIs) — foram alguns dos elementos que compuseram o cenário de colapso assistencial, sobretudo entre abril de 2020 e junho de 2021 (CONASS, 2021).

Esse quadro de pressão extrema comprometeu a capacidade de resposta do sistema de saúde diante de outras demandas, inclusive aquelas relacionadas à violência urbana, como o atendimento a vítimas de agressão, ferimentos por arma de fogo ou arma branca. O redirecionamento de recursos humanos e materiais para o combate à Covid-19 deixou lacunas significativas na atenção às emergências de rotina, refletindo negativamente na mortalidade geral e na qualidade do atendimento prestado (FIORATI; LIMA, 2021).

Em paralelo, as forças de segurança pública também enfrentaram grande desgaste institucional. A Polícia Militar do Pará, por exemplo, registrou altos índices de infecção entre seus agentes, resultando em afastamentos, licenças médicas e, infelizmente, dezenas de óbitos. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicam que o número de policiais mortos por Covid-19 no Brasil superou, em certos períodos, o número de agentes mortos em confrontos armados, evidenciando a gravidade da crise sanitária sobre o setor (FBSP, 2021).

Além da perda de efetivo, houve redução na capacidade operacional das corporações devido à escassez de equipamentos adequados, à necessidade de adaptação de protocolos e ao acúmulo de funções, como a fiscalização do cumprimento das medidas restritivas decretadas pelo governo estadual. Os policiais passaram a atuar não apenas no controle da criminalidade, mas também no monitoramento de aglomerações, abordagens sanitárias e apoio logístico à saúde pública, o que agravou o desgaste físico e psicológico da tropa (FREITAS; MUNIZ, 2021).

Dessa forma, a pandemia revelou a interdependência entre os sistemas de saúde e segurança pública, mostrando que a fragilidade de um impacta diretamente o funcionamento do outro. O esgotamento simultâneo dessas estruturas comprometeu a capacidade do Estado de proteger a vida, a ordem pública e o bem-estar social durante a maior crise sanitária do século XXI.

3.3 ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ NO ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE DURANTE A PANDEMIA

O ano de 2020 foi marcado pelo desencadeamento da pandemia de Covid-19, doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2. Devido à sua rápida disseminação, a pandemia resultou na saturação dos sistemas de saúde pública, ocasionando um elevado número de internações e mortes no mundo, no Brasil e, especificamente, no estado do Pará. No Pará, o pico da pandemia em abril de 2020 levou o estado a disponibilizar 2.150 leitos exclusivos para atendimento de pacientes com Covid-19, evidenciando a pressão sobre o sistema de saúde (SESPA, 2020).

Os impactos da pandemia também afetaram significativamente a estrutura de segurança pública. Houve afastamentos e perdas nos quadros de servidores do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS) devido à doença, além da necessidade de replanejamento e reestruturação das ações para se adequar à nova realidade imposta pelas alterações nas rotinas dos municípios e pelos decretos de lockdown em várias localidades do estado. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2020, no Pará, 5.828 policiais, de um total de 19.561, foram afastados do trabalho devido à infecção por Covid-19 (FBSP, 2020).

Diante desse cenário, a segurança pública manteve seu papel constitucional previsto no art. 144 da Constituição Federal de 1988, garantindo a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio. As instituições de segurança buscaram se adequar rapidamente aos novos desafios, alinhando seus procedimentos diários aos protocolos de contenção da doença, com a distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como álcool em gel, máscaras e luvas, para os servidores, e disponibilizando sua estrutura para somar aos esforços do estado no enfrentamento da pandemia (SEGUP, 2022).

Destaca-se o protagonismo da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) no planejamento, acompanhamento e execução das ações conjuntas dos órgãos de segurança pública, em colaboração com outros órgãos estaduais e municipais. Houve uma atuação destacada com a Secretaria de Saúde no auxílio logístico e apoio às ações, bem como a atuação do Gabinete de Crise durante a pandemia, que coordenou diversas operações gerenciadas pela Subsecretaria de Gestão Operacional (SAGO), como as Operações “Coronavírus”, “Lockdown”, “Verão Seguro”, “Círio” e “Enem-2020”, conforme os decretos estaduais editados. O apoio logístico aéreo foi fornecido pelo Grupamento Aéreo de Segurança Pública (GRAESP) e o fluvial pelo Grupamento Fluvial de Segurança Pública (GFLU), incluindo o transporte de equipes médicas, pacientes e insumos de saúde (SEGUP, 2022).

Ao longo de 2020, coube ao Núcleo de Gestão por Resultados (NGR) a produção de relatórios semanais de acompanhamento da Covid-19, direcionados às ações da segurança

pública, além da continuidade na avaliação dos indicadores de violência do estado, elaboração do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social e organização do I Encontro das Guardas Municipais. Durante este evento, foi lançado o e-book “Percepção da violência a partir do crime”, que apresenta uma visão sistêmica do comportamento do crime nas 12 Regiões de Integração e nos 144 municípios paraenses, além do ranking da violência municipal e a apresentação de uma nova metodologia para avaliação do crime e da violência, o Índice de Violência (IV), destinado à avaliação de 42 tipos penais, agregando uma percepção objetiva e subjetiva da violência (SEGUP, 2022).

A Diretoria de Prevenção Social da Violência e Criminalidade (DIPREV) teve papel relevante nas ações de combate à pandemia, principalmente na organização da logística de entrega de insumos médicos e no acompanhamento da doença entre os servidores, monitorando afastamentos e número de óbitos, além de compor os esforços das ações planejadas (SEGUP, 2022).

O Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP) e a Ouvidoria mantiveram suas atividades, orientadas pelas diretrizes da segurança epidemiológica e pelos decretos publicados, atuando como elos de accountability e compliance da SEGUP com a sociedade (SEGUP, 2022).

A Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) desempenhou um papel estratégico no acompanhamento das diversas situações sociais durante a pandemia, utilizando sua capacidade técnica e expertise para avaliar diferentes processos, desde a produção de informações estratégicas para atuação dos órgãos de segurança. Durante todo o período pandêmico de 2020, as ações rotineiras da SIAC, voltadas ao acompanhamento das diversas ações criminosas no estado, foram mantidas, assim como as atividades do Disque Denúncia, principal canal de entrada de denúncias ao sistema de segurança pública do estado (SEGUP, 2022).

As inovações tecnológicas desenvolvidas pela SEGUP continuaram durante o ano de 2020, apoiando as ações de enfrentamento à pandemia de Covid-19. Destaca-se o desenvolvimento e aplicação da primeira Inteligência Artificial voltada à segurança pública do estado, a IARA (Inteligência Artificial Rápida), integrada ao sistema Disque Denúncia 181, por meio da plataforma de rede social WhatsApp. Além disso, houve a ampliação do sistema de videomonitoramento e dos canais de comunicação, como o programa “Falando por todo o Pará”, que modernizou e digitalizou os canais de comunicação da SEGUP, além dos avanços nas ações integradas com todos os demais órgãos de segurança pública federais e municipais (SEGUP, 2022).

3.4 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PARÁ DURANTE A PANDEMIA

A partir de meados de março de 2020, com o agravamento da pandemia de Covid-19 tanto em escala global quanto nacional, diversos estados brasileiros passaram a adotar medidas de distanciamento social com o intuito de conter a disseminação do novo coronavírus entre a população. Apesar da relevância e da necessidade dessas ações para o controle sanitário, o confinamento domiciliar provocou efeitos adversos, especialmente para milhares de mulheres em situação de violência doméstica. Isso porque, além de serem forçadas a conviver constantemente com seus agressores, essas mulheres passaram a enfrentar ainda mais dificuldades para acessar os serviços de proteção e os canais de denúncia disponíveis (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020).

Durante o período de isolamento social na cidade de Belém, capital do Pará, entre março e julho de 2020, foram registrados 664 Boletins de Ocorrência Policial (BOPs) relacionados à violência doméstica. A maior concentração de registros ocorreu nos meses de junho (35,28%) e julho (30,33%), totalizando 436 casos. Esse aumento coincide com a flexibilização das medidas restritivas, o que permitiu maior acesso das vítimas às delegacias (SIAC, 2020).

A distribuição dos registros por dia da semana mostra que os domingos lideraram em número de ocorrências, com 235 BOPs (18,47%), seguidos das segundas-feiras, com 210 (16,51%). Quanto ao horário, a maioria dos registros ocorreu à noite, somando 478 casos (37,73%), padrão que já havia sido observado por Bernardo et al. (2019), indicando que a violência tende a se intensificar nos finais de semana, especialmente no período noturno (SIAC, 2020).

No que diz respeito ao tipo de violência, a psicológica foi a mais recorrente, com 545 registros (42,71%). Esse tipo de violência, conforme o artigo 7º, inciso II da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), envolve condutas que causem danos emocionais, humilhação, manipulação, isolamento, entre outras formas de agressão que afetam a integridade psíquica da vítima. O motivo mais apontado para as agressões foi o ódio ou vingança (46,78%), o que pode estar relacionado a um sentimento de posse por parte dos agressores, como aponta Dias (2019).

Com o objetivo de melhorar a articulação das ações de segurança pública, o estado do Pará foi dividido em 15 Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP), compostas por Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP). Entre essas, a 8ª AISP – que abrange os bairros Pedreira, Marco e Curió-Utinga – foi a que registrou o maior número de ocorrências no período estudado, com 17,17% dos BOPs. A proximidade desses bairros com a sede da DEAM-Belém pode ter facilitado o acesso das vítimas aos serviços de registro. Outras áreas com alta incidência incluem a 7ª AISP (14,47%) e a 10ª AISP (13,29%) (SIAC, 2020).

Ao analisar os dados de registros de BOPs entre os meses de março e agosto dos anos de 2017 a 2020, observa-se que, embora tenham sido registrados 6.005 casos no

total, apenas 20,58% ocorreram em 2020. Foram 1.236 registros naquele ano, uma redução significativa em relação aos anteriores. Essa queda pode estar relacionada à dificuldade de acesso das vítimas aos serviços públicos durante o isolamento mais rígido. Entretanto, nos meses de junho e julho – quando houve flexibilização das medidas –, os números voltaram a crescer, chegando a se equiparar aos registrados em anos anteriores. Esse aumento pode ser interpretado como resultado de uma demanda reprimida: casos que ocorreram durante o confinamento e só puderam ser formalizados posteriormente (SIAC,2020).

No acumulado de 2017 a 2020, a violência psicológica foi a mais registrada (42,19%), seguida da física, que é caracterizada por agressões com uso da força, geralmente deixando marcas visíveis. Em 2020, houve um aumento proporcional dos casos de violência física, representando 37,77% das ocorrências do ano. Por outro lado, os registros de outras formas de violência, como patrimonial, sexual e moral, apresentaram queda (SIAC,2020).

Comparando os dados de diferentes anos, nota-se que entre 2017 e 2018 houve aumento da violência patrimonial em 150% e da psicológica em 6,7%. Já entre 2018 e 2019, essas categorias tiveram redução, respectivamente, de 13,33% e 18,49%. Entre 2019 e 2020, todas as formas de violência apresentaram queda percentual, reforçando a hipótese de subnotificação durante a pandemia, conforme aponta o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020b; 2020c).

Em relação aos motivos das agressões em 2020, o ódio ou vingança liderou, com 46,78% dos registros, seguido por “outras causas não especificadas” (26,34%). Comparando com 2019, houve redução de 21,40% nas ocorrências motivadas por ódio ou vingança e queda ainda mais expressiva para causas como negligência, imprudência ou imperícia (77,78%). Em contrapartida, o motivo classificado como “devassidão” teve aumento de 66,67% (SIAC,2020).

Síntese dos principais aspectos observados:

- O pico de registros de violência doméstica em Belém ocorreu durante a flexibilização das medidas de isolamento social, especialmente nos meses de junho e julho de 2020.
- As ocorrências foram mais frequentes aos domingos e durante o período noturno.
- A violência psicológica foi o tipo mais recorrente, seguida pela física, que apresentou crescimento proporcional em 2020.
- A maior parte dos registros se concentrou em bairros próximos à DEAM-Belém, o que indica a importância da acessibilidade para a formalização das denúncias.
- Houve redução geral nos registros durante o auge do isolamento, sugerindo subnotificação e reforçando a ideia de demanda reprimida.

- O principal motivo relatado para os atos violentos foi ódio ou vingança, embora tenha havido uma queda em comparação ao ano anterior.
- As variações anuais nos tipos e causas das violências indicam que fatores contextuais, como a pandemia, influenciam diretamente no perfil dos registros

3.5 ROUBO E HOMICÍDIOS NO PARÁ EM TEMPOS DE PANDEMIA

Durante o período pandêmico compreendido entre os anos de 2020 a 2022, o estado do Pará apresentou uma expressiva redução nos índices de crimes violentos letais intencionais (CVLI), que englobam homicídios dolosos, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte. Os dados apontam para uma queda de aproximadamente 23% no total de ocorrências registradas, passando de 9.333 casos no triênio anterior (2018-2020) para 7.159 casos entre 2020 e 2022 (DIÁRIO DO PARÁ, 2023).

Essa redução também se reflete na taxa de CVLI por 100 mil habitantes, que diminuiu de 38,3 para 29,4 entre os dois períodos analisados. A diminuição desses índices pode ser interpretada como resultado de políticas públicas voltadas à segurança e da adoção de estratégias integradas entre os órgãos de repressão penal no estado (DIÁRIO DO PARÁ, 2023).

No que se refere aos crimes de roubo, observa-se uma tendência contínua de queda. Em 2018, foram registrados 49.594 casos. Esse número reduziu para 37.718 em 2019, caiu para 25.832 em 2020 e chegou a 24.844 em 2022, representando uma queda acumulada de aproximadamente 49,9% em relação ao ano de 2018 (SEPLAD, 2022).

O contexto da pandemia de COVID-19 pode ter influenciado diretamente esses dados, especialmente no tocante aos crimes contra o patrimônio, como os roubos. As medidas de isolamento social e as restrições de circulação impostas nos primeiros meses de 2020, além da presença ostensiva de forças de segurança para garantir o cumprimento dos decretos estaduais, contribuíram para a menor incidência desses delitos (SEPLAD, 2022).

Além dos fatores contingenciais relacionados à pandemia, o governo estadual também intensificou investimentos na área da segurança pública, com ampliação de efetivos, aquisição de equipamentos, uso de tecnologias de monitoramento e atuação coordenada entre Polícia Militar, Polícia Civil e outros órgãos do sistema de justiça criminal. Esses esforços estruturais explicam, em parte, a manutenção das quedas nos indicadores mesmo após o afrouxamento das medidas de restrição sanitária (SEPLAD, 2022; DIÁRIO DO PARÁ, 2023).

3.6 ÓBITOS DE AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA EM DECORRÊNCIA DA COVID-19 NO PARÁ

Durante os primeiros meses da pandemia de COVID-19 no Brasil, a Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA) enfrentou um dos contextos mais críticos do país, com elevado número de óbitos, profissionais infectados e condições precárias de proteção sanitária. Dados levantados por reportagens e associações representativas da categoria revelam que, entre o final de março e o mês de abril de 2020, o estado vivenciou uma média de dois óbitos por dia de policiais militares, com suspeita ou confirmação da doença, principalmente na Região Metropolitana de Belém (CNN BRASIL, 2020; PROJETO COLABORA, 2020).

Segundo levantamento da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Pará (ACSPMBMPA), pelo menos 15 mortes suspeitas de COVID-19 ocorreram apenas na capital e cidades vizinhas, sendo a primeira registrada em 18 de março. Nos últimos três dias do levantamento, a média de mortes acelerou, configurando um quadro de alarme entre os profissionais da segurança pública. Em um cenário de comparação nacional, o número de óbitos entre os militares paraenses, mesmo com efetivo menor, já superava proporcionalmente estados como São Paulo, onde três mortes haviam sido confirmadas entre mais de 80 mil policiais (CNN BRASIL, 2020).

A situação se agravou de forma abrupta no final de abril. Entre os dias 25 de abril e 15 de maio de 2020, 41 profissionais da PMPA faleceram, sendo ao menos 35 óbitos diretamente relacionados a complicações da COVID-19, síndromes respiratórias agudas graves ou doenças preexistentes agravadas pela infecção. Metade desses policiais estava em plena atividade operacional, o que evidencia a exposição direta ao vírus em serviço (PROJETO COLABORA, 2020). As redes sociais oficiais da corporação, especialmente o Instagram, tornaram-se um espaço de obituários sucessivos, impactando familiares, colegas e a sociedade paraense, que passou a manifestar luto e indignação diante da escalada de mortes (PROJETO COLABORA, 2020).

Documento interno da Polícia Militar acessado pela imprensa indicava, em 27 de abril, que 1.007 militares estavam afastados por medidas preventivas, 97 haviam testado positivo para COVID-19 e outros 705 casos eram tratados como suspeitos – todos somente na capital e arredores. A baixa testagem dificultava uma resposta efetiva à crise e aumentava a subnotificação dos casos. Em batalhões inteiros, havia dezenas de afastamentos e poucos exames realizados, mesmo após óbitos dentro das unidades (CNN BRASIL, 2020).

A ausência de estrutura hospitalar adequada para atender os militares contribuiu para o agravamento do quadro. Familiares relataram que alguns policiais morreram sem sequer conseguirem atendimento de urgência. Um exemplo emblemático foi o de um subtenente levado por seu filho até o Hospital da Polícia Militar, mas que não pôde ser atendido por falta de equipamentos básicos, como respiradores. O paciente faleceu ainda dentro do carro. A média de idade dos policiais mortos era de 54 anos, com vítimas entre

31 e 83 anos, incluindo homens e mulheres, ativos e da reserva (PROJETO COLABORA, 2020).

A presidente da ACSPMBMPA, cabo Karla Cristina Mota de Souza, também contraiu sintomas da COVID-19 e relatou dificuldades no acesso à medicação e na estrutura do hospital militar, que possuía filas extensas, atendimento limitado e ausência de protocolos adequados. Ela destacou ainda que a corporação não fornecia Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) de forma eficaz, mesmo após ofício enviado em 23 de março cobrando providências (CNN BRASIL, 2020).

A Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado (SEGUP), em resposta à imprensa, afirmou que, por questões estratégicas, os dados sobre os casos não eram públicos. Destacou que as estimativas vinham sendo utilizadas para orientar medidas de prevenção e assistência médica, além de citar a distribuição de insumos como testes rápidos, medicamentos, vacinas, máscaras, luvas e álcool em gel. No entanto, denúncias de familiares e colegas apontavam deficiências concretas na distribuição desses materiais, especialmente em municípios do interior, como São Félix do Xingu (PROJETO COLABORA, 2020).

A pandemia da COVID-19, caracterizada por seu surgimento abrupto e desconhecido, impôs desafios sem precedentes às instituições públicas em todo o mundo, e a Polícia Militar do Pará (PMPA) não foi exceção. Como força de segurança essencial, a PMPA teve de manter suas atividades operacionais mesmo diante da ausência de protocolos previamente estabelecidos para lidar com emergências sanitárias. O enfrentamento da pandemia revelou de forma clara as limitações estruturais e institucionais da corporação, especialmente no que tange à biossegurança, infraestrutura de saúde e suporte psicossocial.

Para reverter os impactos da pandemia de COVID-19, a Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA) implementou uma série de ações estratégicas com o objetivo de mitigar os impactos da crise sanitária sobre seus efetivos. Essas ações abrangeram os eixos de capacitação profissional, assistência à saúde física e mental, reequipamento logístico, valorização profissional e modernização institucional.

No tocante à capacitação técnico-profissional, com o advento da pandemia em 2020, a PMPA passou a utilizar a modalidade de ensino a distância (EAD), capacitando 16.100 policiais nesse formato. Foram realizados ainda um CAS com 208 policiais e três CGS com 716 concluintes. Em 2021, mesmo diante das restrições sanitárias, foram capacitados 3.575 policiais, com a realização de dois CAS (963 capacitados) e dois CGS (287 capacitados) (PMPA, 2022).

No campo da saúde, o Programa Multidisciplinar Itinerante de Atenção à Saúde do Policial Militar (PASPM) teve papel fundamental. Em 2019, foram realizadas 23 ações com 781 atendimentos em diversos municípios, incluindo a capital. Em 2020, com as limitações impostas pelo isolamento social, houve 19 ações com um aumento expressivo de atendimentos, totalizando 1.854. Já em 2021, mesmo com a redução para 14 ações, o

número de atendimentos cresceu significativamente, alcançando 7.250 registros (PMPA, 2023). Além disso, a estrutura de suporte à saúde foi fortalecida com a aquisição de quatro ambulâncias no valor de R\$ 760.000,00 e com a renovação da frota de viaturas, totalizando 1.170 veículos do tipo pick-up Hilux e SUV Duster em 2020, e mais 255 veículos adquiridos por aditivo contratual em 2022, o que ampliou as operações e melhorou a mobilidade da tropa (PMPA, 2022).

A assistência psicossocial foi conduzida principalmente pelo Centro Integrado de Assistência Psicossocial (CIAP), que atua de forma preventiva, assistencial e emergencial junto ao efetivo da PMPA. Em 2022, o CIAP superou a meta física de 2.404 atendimentos, realizando um total de 2.621 atendimentos. Dentre os programas desenvolvidos, destaca-se a Cartilha de Prevenção ao Suicídio, publicada em 2022 e distribuída durante palestras sobre saúde mental no interior e na capital. O Serviço de Atendimento Emergencial (SAE) atendeu 256 demandas em situações de óbito, acidente ou lesão grave. O Programa Assistir acompanhou 116 internações hospitalares, enquanto o Programa Acolher ofereceu apoio psicossocial a 62 famílias enlutadas por óbitos de policiais. O Programa PM Vítima, por sua vez, executou 167 ações voltadas à proteção de militares em situação de risco social (PMPA, 2022).

Em paralelo, a PMPA promoveu ações voltadas à melhoria da estrutura logística e ao fortalecimento institucional. Entre essas ações, destaca-se a aquisição de 5.499 coletes balísticos, com durabilidade de seis anos e 30% mais leves que os anteriores, conferindo maior proteção e conforto aos policiais. Também foi concluída a compra de 2.500 pistolas calibre .40 por meio da primeira licitação internacional da PMPA, vencida pela empresa italiana Beretta. Além disso, foi criada a Diretoria de Projetos e Convênios da PMPA, responsável pela captação de recursos em parceria com órgãos públicos e instituições federais. A corporação recebeu da SEGUP aproximadamente R\$ 30,1 milhões em equipamentos, armamentos e mobiliário, além de R\$ 667.566,60 oriundos de emendas parlamentares e R\$ 10,5 milhões em convênios com INEP, BACEN, DETRANPA, MPPA, TJPA e MPCPA. O montante total mobilizado alcançou R\$ 41,3 milhões (PMPA, 2022).

A valorização dos profissionais também foi contemplada com medidas relevantes. Em 2022, foi promovida a equiparação dos soldos ao salário mínimo nacional, beneficiando diretamente as praças da corporação. Houve, ainda, um reajuste salarial médio de 40% em comparação a 2018. O auxílio-alimentação foi elevado para R\$ 1.300,00, e 101 oficiais e 1.314 praças foram promovidos ao posto ou graduação superior, fortalecendo a estrutura hierárquica e incentivando o desempenho profissional (PMPA, 2022).

As ações da PMPA durante o período pandêmico revelam uma abordagem abrangente, que articulou medidas emergenciais, investimentos estruturais e estratégias de valorização humana para garantir a manutenção da ordem pública e, sobretudo, o bem-estar da tropa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de COVID-19 representou um dos maiores desafios contemporâneos para a segurança pública no Brasil, e, no contexto paraense, exigiu respostas rápidas, coordenadas e adaptativas por parte das instituições responsáveis pela ordem pública. A Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA), enquanto força de linha de frente, enfrentou um cenário de elevada complexidade, marcado pela necessidade de conciliar a continuidade dos serviços de policiamento ostensivo com a preservação da saúde de seus profissionais.

Apesar das dificuldades iniciais impostas pela rápida disseminação do vírus e pela escassez de informações sobre medidas de proteção, a PMPA mobilizou esforços institucionais significativos para mitigar os impactos da crise sanitária sobre a tropa. Adoção de protocolos de segurança, distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), campanhas de vacinação internas, ajustes operacionais e ações de apoio psicossocial foram algumas das medidas implementadas para assegurar condições mínimas de segurança e bem-estar aos policiais em serviço.

Os dados e registros analisados ao longo deste estudo indicam que, mesmo diante de perdas humanas relevantes, a instituição buscou, dentro de suas capacidades e dos recursos disponíveis, adaptar suas práticas às exigências do contexto pandêmico. Além disso, a redução de determinados indicadores criminais, especialmente os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), sugere a manutenção da efetividade de algumas estratégias de policiamento, mesmo em meio às adversidades.

Contudo, o episódio pandêmico reforça a importância do fortalecimento contínuo das estruturas institucionais voltadas à gestão de crises. Destacam-se como propostas para o aprimoramento da resposta a futuras emergências: o aperfeiçoamento dos protocolos de biossegurança, a consolidação de programas permanentes de saúde ocupacional, o investimento em tecnologias de informação para o monitoramento de indicadores de saúde e segurança, e a ampliação da integração entre as áreas de segurança, saúde pública e assistência social.

Ressalta-se, ainda, que a realização deste estudo enfrentou limitações decorrentes do acesso parcial a determinados dados específicos — como estatísticas detalhadas sobre afastamentos por COVID-19, acompanhamento psicossocial da tropa e indicadores desagregados por unidade — o que aponta para a necessidade de avanços na gestão da informação e na transparência de dados institucionais voltados à pesquisa e avaliação de políticas públicas.

Em síntese, os esforços empreendidos pela Polícia Militar do Pará durante a pandemia demonstram o compromisso da instituição com a proteção da sociedade e de seus integrantes, revelando a importância de consolidar uma cultura organizacional voltada à prevenção, ao cuidado e à preparação para contextos de risco. A experiência vivenciada no período analisado oferece lições valiosas para a formulação de estratégias mais robustas e sensíveis às dimensões humanas e operacionais da segurança pública em tempos de crise.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Juliana A.; BASTOS, Aline P. Violência doméstica e pandemia: o silêncio das vítimas em tempos de isolamento social. *Revista Estudos de Segurança Pública*, Salvador, v. 12, n. 2, p. 45–61, 2021. Disponível em: <https://www.revistaspseguranca.org.br>. Acesso em: 14 maio 2025.

CANO, Ignácio. Impacto da pandemia da Covid-19 sobre a criminalidade no Brasil. *Boletim de Análise Político-Institucional*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 17–23, maio 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 14 maio 2025.

CNN BRASIL. *Grande Belém tem 30 PMs e bombeiros mortos com sintomas de COVID-19*. 28 abr. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/grande-belem-tem-30-pms-e-bombeiros-mortos-com-sintomas-de-covid-19/>. Acesso em: 15 maio 2025.

COLETIVA.ORG. *Dossiê Segurança Pública Nº 30 - Especial: Impactos da COVID-19 na segurança pública no Brasil*. 2020. Disponível em: <https://www.coletiva.org/dossie-seguranca-publica-n30-especial-impactos-da-covid19-na-seguranca-publica-no-brasil>. Acesso em: 14 maio 2025.

CONASS – CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE. *Boletim epidemiológico especial – Covid-19*. Brasília: CONASS, 2021. Disponível em: <https://www.conass.org.br>. Acesso em: 14 maio 2025.

DIÁRIO DO PARÁ. Pará mantém redução nos Crimes Violentos Letais Intencionais. *Diário do Pará*, Belém, 11 jan. 2023. Disponível em: <https://diariodopara.com.br/policia/para-mantem-reducao-nos-crimes-violentos-letais-intencionais/>. Acesso em: 14 maio 2025.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Violência e pandemia: boletim especial Covid-19 e segurança pública*. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br>. Acesso em: 14 maio 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021*. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v3.pdf>. Acesso em: 14 maio 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Monitor da Violência – NEV-USP e Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP, 2020. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1609/614>. Acesso em: 14 maio 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19*. São Paulo: FBSP, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/8964e5f4-e229-4182-bd4f-0cdf6db637ea>. Acesso em: 14 maio 2025.

FIORATI, Regina C.; LIMA, Rejane B. Colapso dos sistemas de saúde e assistência social no Brasil durante a pandemia de Covid-19. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 55, n. 6, p. 112–120, 2021.

FREITAS, Juliana C.; MUNIZ, Jacqueline. Segurança pública em tempos de pandemia: desafios e adaptações das forças policiais. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 78–95, 2021. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br>. Acesso em: 14 maio 2025.

MALDONADO, Luana G.; RIBEIRO, Carlos A. Desigualdade, crise sanitária e violência urbana no Brasil. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 102–118, 2021.

PARÁ. POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. *Relatório de Gestão Institucional*. Belém: Polícia Militar do Estado do Pará, 2023.

PROJETO COLABORA. *Luto na PM do Pará: mais de 40 mortos nos últimos 20 dias de pandemia*. 15 maio 2020. Disponível em: <https://projetcocolabora.com.br/ods3/luto-na-pm-do-para-mais-de-40-mortos-nos-ultimos-20-dias-de-pandemia/>. Acesso em: 15 maio 2025.

SECRETARIA ADJUNTA DE INTELIGÊNCIA E ANÁLISE CRIMINAL DO ESTADO DO PARÁ (SIAC). *Violência doméstica e familiar contra a mulher em Belém - Pará*. Belém: SIAC, 2020. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/5323/1/Rev.%20Susp_N1_P65_77.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA DO PARÁ (SESPA). *Investimentos em hospitais e aplicação de vacinas, com rapidez e eficiência, marcam combate à Covid-19 no Pará*. Belém: SESP, 2020. Disponível em: <https://www.saude.pa.gov.br/investimentos-em-hospitais-e-aplicacao-de-vacinas-com-rapidez-e-eficiencia-marcam-combate-a-covid-19-no-para/>. Acesso em: 14 maio 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (SEGUP). *Relatório de Gestão da SEGUP – Exercício de 2022*. Belém: SEGUP, 2022. Disponível em: https://www.segup.pa.gov.br/sites/default/files/relatorio_gestao_segup_2022_-_final.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.

SEPLAD – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ. *Pará registra queda de 48% em crimes violentos nos cinco primeiros meses de 2022*. Belém, 8 jun. 2022. Disponível em: <https://seplad.pa.gov.br/2022/06/08/para-registra-queda-de-48-em-crimes-violentos-nos-cinco-primeiros-meses-de-2022/>. Acesso em: 14 maio 2025.